

O livro didático como expressão material da política linguística: uma análise do discurso do livro didático de língua portuguesa *Novo Singular & Plural* à luz das teorias decoloniais

The textbook as a material expression of language policy: a discourse analysis of the Portuguese language textbook *Novo Singular & Plural* considering decolonial theories

Mariana Zambon Ferreira Braga¹ 
Lucila Pesce¹ 

¹Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: mzfbraga@unifesp.br; lucila.pesce@unifesp.br

RESUMO: O presente artigo emana de uma pesquisa de mestrado acadêmico em educação em uma universidade pública federal no estado de São Paulo, que analisou o livro didático de Língua Portuguesa *Novo Singular & Plural*, aprovado no PNLD 2024. Com o objetivo de compreender se a aludida obra didática abarca uma proposta de educação decolonial, conforme descrita no artigo, a pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou análise documental e do discurso para examinar o acervo textual, as atividades e os recursos de hipermídia nela contidos. A pesquisa ampara-se em um referencial teórico linguístico, decolonial e educacional freiriano. Os resultados evidenciam a predominância de vozes brancas e masculinas, com a inclusão pontual de saberes afro-brasileiros, tratados de maneira apartada. Além disso, a obra didática ora analisada apresenta um discurso que se pretende neutro, conteudista e pouco alinhado ao que se entende como educação decolonial. Apesar desses achados, identificam-se fissuras que podem ser aproveitadas por professores, em práticas pedagógicas críticas. O estudo contribui para o debate sobre políticas linguísticas no Sul Global, por evidenciar a presença de tensões entre a colonialidade do poder, do ser e do saber e possibilidades de resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático; Políticas linguísticas; Educação decolonial; Sul Global; PNLD.

COMO CITAR

BRAGA, Mariana Zambon Ferreira; PESCE, Lucila. O livro didático como expressão material da política linguística: uma análise do discurso do livro didático de língua portuguesa *Novo Singular & Plural* à luz das teorias decoloniais. *Revista da Anpoll*, v. 57, e2095, 2026. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v57.2095>

ABSTRACT: This article stems from a master's research in education conducted at a federal public university in the state of São Paulo, which analyzed the Portuguese Language textbook *Novo Singular & Plural*, approved in the 2024 PNLD. Aiming to understand whether the aforementioned textbook encompasses a decolonial educational proposal, as described in the article, the research, adopting a qualitative approach, employed documentary and discourse analysis to examine the texts, activities, and hypermedia resources contained in it. The study is grounded in linguistic, decolonial, and Freirean educational theory. The findings reveal the predominance of white and male voices, with the occasional inclusion of Afro-Brazilian knowledge, which is treated in a segregated manner. Furthermore, the analyzed textbook presents a discourse that claims neutrality, is content-centered, and only weakly aligned with what is understood as decolonial education. Despite these results, the study identifies fissures that may be leveraged by teachers in critical pedagogical practices. The research contributes to the debate on language policies in the Global South, by highlighting the presence of tensions between the coloniality of power, being, and knowledge, as well as possibilities for resistance.

KEYWORDS: Textbook; Language Policies; Decolonial Education; Global South; PNLD.

1 Introdução

Ao longo da história do Brasil, o livro didático (LD) tem sido um dos principais instrumentos de apoio ao ensino na educação básica brasileira, acompanhando as mudanças na legislação, os avanços tecnológicos e as evoluções epistemológicas e metodológicas da sociedade. Mais que um mero recurso pedagógico, o LD ocupa posição estratégica no currículo escolar, podendo ser considerado como sua dimensão prática (Bittencourt, 1993; Sacristán, 2000), e expressa escolhas que materializam políticas linguísticas e educacionais. Como parte das políticas públicas nacionais, especialmente o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o LD carrega consigo discursos, valores e ideologias trabalhados no cotidiano escolar, suscitando análises críticas, sobretudo quando o situamos no contexto do Sul Global, em que se entrecruzam disputas históricas ligadas à colonialidade e às tentativas de superação, por meio de perspectivas decoloniais.

No Brasil, as políticas linguísticas revelam-se, explícita ou implicitamente, tanto em documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e a Lei 11.645/2008 (Brasil, 2008), quanto na materialidade dos LD e nas práticas em sala de aula. Entretanto, entre a formulação normativa e sua tradução em materiais pedagógicos, há um espaço de negociações e tensões, em que se observa a coexistência de discursos que mantêm a lógica eurocêntrica e de iniciativas que, embora limitadas, buscam ampliar vozes e saberes subalternos¹.

¹ Quando utilizamos os termos “saberes subalternos” e “sujeitos em posição de inferioridade nas hierarquias” (e variações do termo), consideramos os argumentos propostos por Mignolo (2003) e Fanon (2020, 2022). São saberes e sujeitos situados em oposição à narrativa hegemônica, ou às margens desta, mas que não se constituem como um grupo homogêneo. Em nosso estudo, consideramos que os saberes dos povos afrodiaspóricos e de povos indígenas são saberes subalternos, pois estão situados em posição de inferioridade na hierarquia social brasileira.

A análise dos LD, portanto, não se restringe à avaliação dos conteúdos² neles disseminados, ocupando-se em compreender de que modo tais materiais participam da construção e da manutenção de discursos e de políticas linguísticas na prática. Nesse sentido, o LD reflete uma política educacional centralizada e constitui-se como elemento ativo que (re)produz e tensiona significados, servindo como arena de disputas entre discursos hegemônicos e resistências possíveis. À luz dos estudos decoloniais, entendemos que a Lei 11.645/2008 (Brasil, 2008) busca promover uma inovação, em termos de políticas linguísticas capazes de tematizar as relações étnico-raciais nas escolas brasileiras, propiciando oportunidades de resistência e brechas para práticas críticas³ em sala de aula, inclusive aquelas mediadas pelos LD adotados nas escolas.

É nesse contexto que se insere o livro didático de Língua Portuguesa (LDLP) *Novo Singular & Plural* (Balthasar; Goulart, 2022), aprovado pelo PNLD 2024 para o 9º ano do Ensino Fundamental e adotado como *corpus* do estudo do qual emana o presente artigo. Desenvolvida no âmbito do mestrado em Educação em uma universidade pública federal no Estado de São Paulo, nossa investigação adotou abordagem qualitativa, utilizando análise documental articulada à Análise do Discurso. Examinamos o acervo textual, as atividades, a organização e os recursos de hipermídia do *corpus*, com o objetivo de compreender em que medida a obra incorpora uma proposta de educação decolonial⁴ e como essa proposta se relaciona às políticas linguísticas materializadas no livro.

A organização da obra analisada articula textos de diferentes gêneros discursivos, propostas de leitura, produção textual, estudos linguísticos e recursos digitais, como *QR Codes e links*. Ao mesmo tempo em que incorpora conteúdos relacionados às africanidades, às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e a diferentes práticas sociais de linguagem, a obra suscita questionamentos sobre quais vozes são efetivamente privilegiadas em seu acervo, de que maneira tais conteúdos são mobilizados nas atividades propostas e quais concepções de linguagem e de educação sustentam essas escolhas editoriais.

Escolhemos um LDLP como objeto de análise, pois compreendemos que a linguagem é, ao mesmo tempo, “produto e condição da vida social” (Ianni, 1999, p. 7) e que a língua, embebida em ideologia, é um fenômeno social dinâmico, espaço de encontro e interação de diferentes vozes (Bakhtin, 2016). Nossa investigação insere-se no debate sobre políticas linguísticas no Sul Global, pois busca discutir de que modo o LD atua como dispositivo de poder, quais vozes silencia ou privilegia e quais brechas podem ser exploradas por professores comprometidos com práticas críticas capazes de subverter as normas, incorporando aos espaços educacionais saberes diversos e marginalizados, consoante ao que nos diz Walsh (2009).

² No contexto específico desse trecho, utilizamos conteúdo de maneira abrangente para nos referir aos eixos temáticos, textos de terceiros (por exemplo, poemas, trechos de obras literárias, textos jornalísticos, imagens, entre outros) e conteúdos curriculares propostos nos planejamentos dos LD. Em nossa pesquisa, no entanto, a análise concentrou-se na coletânea de textos de terceiros do LD.

³ As práticas aqui mencionadas relacionam-se ao que Catherine Walsh descreve como pedagogia crítica, bem como à práxis freireana.

⁴ Neste artigo, compreende-se a educação decolonial como uma perspectiva que propõe repensar os processos de ensino e aprendizagem a partir de uma postura política e dialógica, valorizando a pluralidade de saberes, questionando hierarquias epistemológicas e promovendo o pensamento crítico por meio do diálogo entre diferentes conhecimentos e experiências.

A análise que realizamos denuncia como as políticas linguísticas não são neutras e resultam de escolhas que envolvem colonialidade, identidade e resistência.

O artigo está dividido em três partes: na primeira, propomos uma breve reflexão sobre nosso objeto de estudo, o LDLP, e sua relação com as políticas linguísticas, à luz dos estudos decoloniais; na segunda, apresentamos a pesquisa, a metodologia empregada, alguns resultados e discussões pertinentes; na última, tecemos as considerações finais, apresentando os achados e algumas sugestões a eles atinentes. Iniciamos a nossa reflexão, norteadas pela pergunta: de que modo os LDLP, enquanto parte de uma política linguística, podem contribuir para uma educação decolonial?

2 O livro didático como parte da política linguística e facilitador de uma educação decolonial

As políticas linguísticas podem ser compreendidas em sentido amplo, abrangendo legislações, diretrizes oficiais e práticas de ensino e aprendizagem. Para Spolsky (2016), elas envolvem três componentes inter-relacionados e independentes: as práticas reais de uso da língua, as crenças de uma comunidade sobre a língua e os esforços para modificar essas práticas e crenças. Segundo o autor, manifestam-se em diferentes domínios e subcomunidades, como governos, empresas, instituições religiosas, famílias e demais contextos em que gestores influenciam comportamentos e crenças linguísticas.

Marcada por disputas de poder e por processos de identificação, a política linguística é produzida no encontro de diferentes vozes (Nicolaidis *et al.*, 2013). Assim, ao propor determinados textos, autores e gêneros discursivos, o LD torna-se um dos principais veículos de políticas linguísticas, por orientar práticas pedagógicas e legitimar determinados saberes, em detrimento de outros, impondo uma visão específica do que é a língua, bem como definindo que tipo de leitor se pretende formar, quais textos são considerados canônicos, entre outras decisões. A análise do nosso *corpus* orienta-se por essa compreensão, pois no caso do *Novo Singular & Plural*, essas escolhas se materializam na constituição da coletânea de textos, na seleção dos autores, na predominância de determinados gêneros discursivos e na organização das propostas de leitura e produção textual, aspectos que serão discutidos ao longo deste artigo.

Por ser, também, um veículo de discursos, o LD pode ajudar na manutenção de privilégios ou, como ferramenta pedagógica, propiciar, em suas brechas, novas práticas e formas de resistir ao pensamento hegemônico ou, ainda, subvertê-lo. Na obra *Novo Singular & Plural*, essa tensão manifesta-se, por exemplo, na coexistência entre um capítulo que aborda as africanidades e uma coletânea em que predominam autores homens brancos, indicando que diferentes projetos discursivos convivem no mesmo LD.

Tomando a definição de Rajagopalan,

[...] a política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores (Rajagopalan, 2013, p. 21).

Ainda segundo Rajagopalan (2013, p. 29), “O termo política linguística em português encobre tanto as decisões tomadas no nível mais geral e macro, como também as atividades que contribuem para implementá-las”. Assim, fica evidente que as legislações decorrentes das lutas dos movimentos sociais, como o caso da Lei 11.645/2008 (Brasil, 2008), constituem-se em políticas linguísticas (neste caso específico, uma política implícita), pois o ensino de cultura e literatura afro-brasileira e indígena está situado no âmbito da área de linguagens e seus componentes específicos, como a língua portuguesa. Compreendemos que essa lei busca incluir no currículo da educação básica saberes historicamente subalternizados, contribuindo para romper com estereótipos e produzir discursos contra hegemônicos que desafiam a colonialidade do saber e do poder. Em nossa pesquisa, ela orienta a análise da presença desses saberes no *Novo Singular & Plural*, verificando se são abordados de forma transversal ou restritos a seções específicas da obra.

De acordo com os estudos decoloniais (Quijano, 2005; Maldonado-Torres, 2008), a colonialidade do saber diz respeito à centralidade atribuída às epistemologias eurocêntricas, que acabam por marginalizar e deslegitimar outros modos de produzir conhecimento. Já a colonialidade do poder remete às hierarquias globais que estabelecem relações desiguais entre culturas e economias, privilegiando algumas e subordinando outras. No campo educacional, esses mecanismos podem se expressar na maneira como os conteúdos e os temas são selecionados e as metodologias de ensino organizadas, reproduzindo desigualdades históricas.

No contexto brasileiro, a BNCC (Brasil, 2018) e o PNLD constituem os marcos regulatórios que mais influenciam a produção de livros didáticos. Tais documentos podem ser considerados políticas linguísticas implícitas⁵, já que atuam indiretamente, apesar de seu grande impacto no contexto da educação (Tormena, 2007, p. 19).

No âmbito da pesquisa ora apresentada, entendemos que o caminho para uma educação libertadora, decolonial, passa pela transformação de diversos aspectos no contexto do ensino e da aprendizagem, pelo equilíbrio entre teoria e prática, pela inclusão de saberes subalternizados no currículo e, por consequência, nos LD, bem como pela subversão da forma escolar e do conteudismo, com vistas a promover a consciência crítica. A educação pode se constituir em um espaço de transformação quando repensada em suas formas e práticas, o que implica questionar a hierarquização do saber, a forma escolar moderna e as maneiras de ensinar e aprender que remontam ao contexto europeu moderno (Vincent; Lahire; Thin, 2001). As teorias decoloniais nos convidam a ir além dessa forma escolar hegemônica e a reconhecer a possibilidade de construir pedagogias plurais, abertas a diferentes modos de aprender e ensinar. É com base nessa perspectiva que examinamos a obra *Novo Singular & Plural*, buscando compreender em que medida sua organização, seus textos, suas atividades e seus recursos hipermidiáticos se aproximam ou se distanciam dessa proposta de educação decolonial.

⁵ A política linguística pode ser explícita, quando formalizada em leis e documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ou implícita, quando se manifesta em práticas e programas educativos que orientam concepções de linguagem, como o PNLD. Enquanto a explícita é declarada e regulamentada, a implícita atua de forma indireta, mas exerce forte impacto nas práticas escolares (Tormena, 2007).

A análise crítica dos LDLP enquanto dimensão prática das políticas linguísticas brasileiras passa, portanto, pelo diálogo com o pensamento decolonial. Nos estudos decoloniais, Quijano (2005) introduz a noção de colonialidade do poder e do saber, mostrando que as estruturas coloniais persistem mesmo após os processos de independência política. No contexto da educação no Sul Global, especialmente no Brasil, observa-se a colonialidade materializada na ideologia neoliberal que permeia os espaços educacionais, inclusive na idealização e elaboração da própria BNCC (Brasil, 2018), com a predominância de grandes conglomerados editoriais e empresariais que dominam as instâncias públicas e privadas da educação. Um exemplo disso é a parceria firmada entre escolas públicas e grandes empresas de tecnologia, como a *Google* e a *Meta*, sobretudo a partir do cenário pós-pandemia de Covid-19 (Lopes, 2023).

Como forma de questionar a hegemonia eurocêntrica, Mignolo (2005) propõe a desobediência epistêmica e Walsh (2005 *apud* Oliveira; Candau, 2010) defende a interculturalidade crítica como um caminho para desconstruir hierarquias coloniais e construir práticas pedagógicas emancipadoras, sendo “[...] algo inserido numa configuração conceitual que propõe um giro epistêmico capaz de produzir novos conhecimentos e outra compreensão simbólica do mundo, sem perder de vista a colonialidade do poder, do saber e do ser” (Oliveira; Candau, 2010, p. 27).

No LDLP, objeto da presente pesquisa, a linguagem é compreendida como prática social e dialógica (Bakhtin, 2016; Ianni, 1999), o que exige uma abordagem crítica. O próprio edital do PNLD estabelece que os LDLP devem evidenciar os contextos de produção e os usos sociais dos textos, propondo atividades que deem sentido ao trabalho com a língua, com o seguinte critério: “Ressaltar, nos textos utilizados, contextos de produção, usos sociais e campo(s) de atuação, de modo a resultar em propostas significativas de trabalho com a linguagem” (Brasil, 2022, p. 49). Nesse horizonte, a leitura deve possibilitar a compreensão das relações entre texto e contexto, conforme afirma Freire (1989, p. 9): “A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”.

Esse movimento implica reconhecer a língua como espaço de poder, identidade e pertencimento. Para hooks (2013), a linguagem pode tanto reforçar mecanismos de opressão quanto abrir caminhos para a libertação, o que torna essencial que os estudantes compreendam as tensões sociais que atravessam o uso da língua. Assim, a forma como os livros didáticos tratam a língua e os gêneros discursivos pode contribuir para o combate aos preconceitos diversos, sejam linguísticos, raciais, ou, ao contrário, reforçá-los.

Além da função pedagógica, o livro didático permanece como um dos principais meios de acesso ao conhecimento escolar e, para muitos estudantes, à literatura, à arte e à produção acadêmica (Bittencourt, 1993). Essa centralidade lhe confere poder para legitimar saberes e orientar práticas de leitura. Segundo Dionísio (2006) e Bunzen (2005), o LD estabelece hierarquias de conhecimento influenciadas pelas políticas públicas, podendo perpetuar discursos e ideologias que reforçam a colonialidade do saber, do ser e do poder, o que exige constante problematização no contexto educacional brasileiro.

Por fim, recorreremos à perspectiva freireana de educação libertadora (Freire, 1987), que entende a prática educativa como processo de conscientização e emancipação. O diálogo entre Freire e os autores decoloniais possibilita a compreensão de que uma política linguística decolonial não se reduz à inclusão formal de novos conteúdos nos materiais e livros didáticos,

ou mesmo na legislação. É necessário repensar o modo como saberes são selecionados, legitimados e trabalhados em sala de aula.

Com base nesses referenciais, a análise ora desenvolvida volta-se para diferentes dimensões do LDLPD *Novo Singular & Plural*, compreendendo seu acervo textual, a seleção de autores, a organização das atividades, os recursos hipermidiáticos e a distribuição temática dos conteúdos como elementos que, em conjunto, materializam determinadas concepções de linguagem, educação e políticas linguísticas.

3 Metodologia

A pesquisa da qual emana este artigo adotou uma abordagem qualitativa e interpretativa, do tipo exploratória “[...] com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil, 2008, p. 27), orientada pela análise documental (Bogdan; Biklen, 1994) e pela análise de discurso (Orlandi, 2015; Bakhtin, 2016), tendo como *corpus* de investigação o livro didático de Língua Portuguesa *Novo Singular & Plural*, da Editora Moderna, destinado ao 9º ano do Ensino Fundamental e aprovado pelo PNLD em 2024. O *corpus* foi escolhido a partir de quatro critérios: seleção da etapa de ensino, recorte temporal, editora responsável pela publicação e obra aprovada no PNLD.

A definição de 2024 como recorte temporal deve-se ao fato de ser o edital mais recente durante o desenvolvimento da pesquisa, refletindo as mudanças decorrentes da Lei 11.645/2008 (Brasil, 2008) e da BNCC (Brasil, 2018). A escolha pelos Anos Finais do Ensino Fundamental justifica-se pelo maior aprofundamento dos conteúdos, favorecendo debates sobre racismo, desigualdade, machismo e outras questões centrais à educação decolonial. Escolhemos analisar um livro da Editora Moderna, visto que é uma das maiores casas editoriais a participar do PNLD, tendo, em 2020, recebido R\$ 367.646.392,26 do governo federal para as aquisições de materiais didáticos dentro no âmbito do programa (Brasil, 2024). Por fim, selecionamos a coleção *Novo Singular & Plural* por se tratar de uma obra consolidada, que vem sendo adotada pelas escolas participantes do PNLD há algum tempo: em 2022, a coleção figurava entre as obras mais adquiridas (Brasil, 2024). O LD também apresenta uma coletânea que abarca diferentes gêneros discursivos, propostas de leitura e produção textual e recursos digitais distribuídos ao longo das unidades, características que justificam sua pertinência para investigar como diferentes discursos são articulados na materialidade do livro didático.

A análise organizou-se em quatro etapas complementares, concebidas de modo articulado. A primeira consistiu em mapear o acervo textual da obra, identificando autoria, gênero discursivo, conteúdo temático⁶ e distribuição gráfica, a fim de compreender quais sujeitos, gêneros e formas de circulação do conhecimento são privilegiados na constituição da coletânea. Feito o levantamento, foi possível visualizar a presença (ou ausência) de diversidade em termos de autoria, raça, gênero e nacionalidade. Na segunda etapa, analisamos as atividades propostas no livro, com atenção especial aos enunciados e aos verbos mobilizadores, a fim

⁶ Para Bakhtin (2016), os conteúdos temáticos refletem os contextos e intenções dos participantes de uma interação. No caso dos LDLP, analisar esses conteúdos é fundamental para compreender como se estruturam as propostas e para orientar a pesquisa, de acordo com seus objetivos.

de compreender que tipo de leitura e de relação com a linguagem o material propõe: se instrumental e técnica, ou se reflexiva e crítica. A terceira etapa voltou-se para os recursos de hipermídia e TDIC, como *links* e *QR Codes* presentes no acervo da obra didática, para observar quais conteúdos esses dispositivos trazem, como se relacionam com o tema do capítulo e qual a função que desempenham (central, complementar ou meramente ilustrativa). Interessou-nos compreender de que maneira tais recursos se articulam às propostas pedagógicas da obra, se ampliam as possibilidades de leitura e construção de sentidos ou se permanecem restritos ao aprofundamento informacional dos conteúdos apresentados. Por fim, na quarta etapa, os resultados foram confrontados com os principais documentos oficiais que orientam a produção de livros didáticos no Brasil: a BNCC (Brasil, 2018), a Lei 11.645/2008 (Brasil, 2008) e o edital do PNLD 2024. O cotejamento permitiu analisar como as escolhas presentes no *Novo Singular & Plural* dialogam com as diretrizes oficiais ou revelam tensões entre as prescrições curriculares e sua materialização no LD.

Essa triangulação da análise documental da obra didática e dos documentos norteadores possibilitou observar em que medida o livro cumpre as exigências legais e em que pontos ele reproduz ou tensiona a lógica da colonialidade do saber, do poder e do ser. Além disso, a análise documental foi articulada a uma leitura crítica das políticas públicas educacionais brasileiras, levando em consideração como as orientações da BNCC (Brasil, 2018) e do PNLD incorporam discursos da racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016), que priorizam eficiência e padronização, em detrimento da diversidade cultural e da autonomia pedagógica. Essa contextualização ajudou a compreender os limites estruturais que influenciam a produção da obra didática analisada.

O trabalho de análise baseou-se em pressupostos da Análise do Discurso (Orlandi, 2015), que permitem deslocar o olhar da materialidade linguística – o modo como o texto é construído, o que enuncia e em quais condições – para o discurso em sua relação com as formações discursivas. Assim, textos, atividades, imagens, recursos hipermidiáticos e demais elementos que compõem o *Novo Singular & Plural* foram compreendidos como enunciados produzidos em determinadas condições históricas e sociais, cujos sentidos se constroem nas relações estabelecidas entre linguagem, educação e políticas linguísticas.

Apresentada a metodologia empregada, passamos à análise da obra *Novo Singular & Plural*, articulando os referenciais teóricos discutidos às evidências produzidas a partir do *corpus*.

4 Resultados e discussão

A análise do acervo do LD *Novo Singular & Plural* revelou predominância de textos de autoria masculina, branca e brasileira, com forte presença de gêneros jornalísticos, dados que contribuem para reforçar a centralidade de discursos hegemônicos e eurocêtricos, limitando o contato dos estudantes com vozes subalternizadas. Textos de autores e autoras negros e negras aparecem de forma pontual, sem constituir um eixo estruturante da coletânea. No acervo, não há textos de autoria indígena, mas apenas uma ocorrência de conteúdo temático indígena, utilizado como pano de fundo para uma atividade de análise sintática (Figura 1).

Oração subordinada adverbial final

- O texto a seguir foi publicado no site Povos Indígenas no Brasil Mirim, que busca auxiliar estudantes brasileiros em pesquisas sobre povos indígenas. Leia-o e responda às questões.

Saberes das crianças Yanomami

Os Yanomami são um povo que vive na floresta amazônica, no Brasil – nos estados de Amazonas e Roraima – e também na Venezuela. No Brasil os Yanomami somam mais de 19 mil pessoas. Apesar de falarmos “povo Yanomami”, eles se dividem em vários grupos, que são diferentes entre si. Para se ter uma ideia, existem cinco línguas yanomami diferentes e cerca de 211 aldeias! Eles vivem na maior terra indígena do Brasil!

Coisas que só as crianças yanomami sabem

Nas aldeias do povo Yanomami, os velhos são grandes conhecedores das histórias dos antigos, das plantas e alimentos da floresta, mas, se você quiser saber o nome de algum passarinho, é melhor perguntar para as crianças: os meninos yanomami conhecem muitos dos 500 tipos de passarinhos que existem por ali.

Desde pequenos, antes mesmo de aprenderem a falar, os meninos yanomami ganham de seus parentes um pequeno arco acompanhado de uma flechinha sem ponta, para que comecem a aprender a flechar desde novinhos. [...]

MIRIM povos indígenas no Brasil. Disponível em: <https://mirim.org/po-br/node/15062>. Acesso em: 3 maio 2022.

Converse com a turma

- Por que flechar é uma habilidade importante para os meninos yanomami, a ponto de ser algo aprendido desde os primeiros anos de vida?
- Leia o período:

“[...] os meninos yanomami ganham de seus parentes um pequeno arco [...] para que comecem a aprender a flechar desde novinhos.”

 - Qual oração informa a finalidade de uma ação expressa na outra?
 - Que locução conjuntiva foi usada para introduzir a oração que indica a finalidade da ação?
 - Qual é a oração principal do período? Qual é a subordinada?

Oração subordinada adverbial final

A oração que indica a finalidade de um fato expresso na oração principal é chamada de **oração subordinada adverbial final**. Algumas conjunções ou locuções conjuntivas que introduzem esse tipo de oração são: *para que, a fim de que, que etc.*

Figura 1 – Atividade relacionada ao texto “Saberes das crianças Yanomami”.

Fonte: (Balthasar; Goulart, 2022, p. 191-192).

Ao todo, foram mapeados 116 textos de terceiro, escritos ou imagéticos, que não foram elaborados pelas autoras da obra para fins didáticos daquela publicação. Deste total, 80,2% eram textos escritos, 42,2 % escritos por homens, 14,7 % por mulheres e 1% com autoria mista, sendo 40,5% sem autoria definida. Em relação a raça e etnia, apenas 2% correspondem a um autor pardo, enquanto textos de autoras e autores negros somam 12%. Em contraste, autores brancos representam 86% do acervo. Importa destacar que, dos 6 textos de autoria negra, quatro concentram-se no Capítulo 8: Africanidades, poesia e ritmo na música brasileira. À luz da perspectiva decolonial adotada nesta pesquisa, esses dados são compreendidos como indícios das escolhas discursivas que definem quais sujeitos são legitimados como produtores de conhecimento no espaço escolar.

A presença de um capítulo específico dedicado às “africanidades” foi um achado relevante, por demonstrar um esforço das autoras para atender à Lei 11.645/2008 (Brasil, 2008). Embora represente uma tentativa de incluir saberes afro-brasileiros, o modo como o conteúdo temático foi organizado reforça uma hierarquização do saber. Enquanto nos demais capítulos não há marcação identitária explícita, os conhecimentos afro-brasileiros aparecem reunidos em uma unidade específica, produzindo um efeito de separação entre esses saberes e o restante da coletânea. Assim, os saberes subalternizados são incluídos como “outros”, reproduzindo a lógica descrita por Fanon (2020). Essa hierarquização se confirma pela análise dos conteúdos temáticos presentes no acervo: dos 65 identificados no levantamento somente 9 propiciam o contato com saberes subalternizados e se aproximam de uma perspectiva decolonial, sendo que, após uma análise mais aprofundada, observamos que apenas 6 referem-se a saberes da cultura africana.



Figura 2 – Capítulo 8: Africanidades, poesia e ritmo na música brasileira.

Fonte: (Balthasar; Goulart, 2022, p. 163).

Em relação às atividades, observou-se que os enunciados privilegiam a leitura instrumental, com foco na compreensão literal. Predominam comandos voltados à identificação de informações, localização de elementos do texto e reconhecimento de aspectos linguísticos, enquanto propostas que convidam os estudantes a discutir relações de poder, desigualdades sociais ou conflitos culturais aparecem de forma menos recorrente. A abordagem favorece a formação de leitores responsivos e capazes de opinar, mas não necessariamente críticos e engajados. A visão que permeia a obra analisada parece ir ao encontro do que Paulo Freire dizia sobre a educação “bancária”, contribuindo para a perpetuação das opressões.

Esta é uma concepção que, implicando numa prática, somente pode interessar aos opressores que estarão tão mais em paz, quanto mais adequados estejam os homens ao mundo. E tão mais preocupados, quanto mais questionando o mundo estejam os homens (Freire, 1987, p. 36).

No exemplo da Figura 3, a atividade presente no capítulo 8 promovia a leitura de um visungo, canto típico dos escravizados. O tema propiciava uma discussão mais ampla sobre opressão, liberdade e racismo; porém, essa possibilidade não se expressa diretamente nas questões propostas, dependendo da condução do docente para a sua ampliação.

Quanto aos recursos de hipermídia e TDIC, a obra inclui *links* e *QR Codes* que remetem a conteúdos multimodais, como vídeos e reportagens digitais, mas cuja função é majoritariamente complementar, sem articulação consistente com propostas de reflexão sobre cibercultura (Lévy, 1999), o colonialismo digital (Faustino; Lippold, 2023) ou os usos sociais da tecnologia. Esses recursos encaminham os estudantes para materiais externos, porém sem focar em atividades que problematizem as condições de produção dessas informações, os modos de circulação dos conteúdos digitais ou os algoritmos que organizam sua visibilidade, privilegiando uma visão instrumental da tecnologia, em detrimento de uma abordagem crítica.

Texto 1

Canto II

Muriquinho piquinho, muriquinho piquinho,
Parente de quiçamba na cacunda.

Purugunta aonde vai, purugunta aonde vai,
Ô parente, pro quilombo do Dumbá. (2x)

Muriquinho piquinho, muriquinho piquinho,
Parente de quiçamba na cacunda.

Purugunta aonde vai, purugunta aonde vai,
Ô parente, pro quilombo do Dumbá. (2x)

Ê, chora, chora gongo, é dévera, chora gongo chora,
Ê, chora, chora gongo, é cãmbada, chora gongo chora.

Muriquinho piquinho, muriquinho piquinho,
Parente de quiçamba na cacunda.

Purugunta aonde vai, purugunta aonde vai,
Ô parente, pro quilombo do Dumbá. (2x)

Versos de domínio público, recolhidos pelo pesquisador Aires da Mata Machado Filho, em 1928, nos povoados de São João da Chapada e Quartel do Indaí, e interpretados por Clementina de Jesus no álbum *O canto dos escravos*.

Primeiras impressões

1. Você sabe o que eram quilombos no contexto do período colonial?
 - a) Em que verso há referência a um quilombo?
 - b) O que se pode inferir sobre o espaço em que as personagens se encontram? E por que o quilombo pode ser considerado seu contraponto? Relacione com o que você sabe sobre o contexto de produção dos vissungos.
2. Que sentido parecia haver no uso da palavra **parente**?
3. O que na caracterização da personagem faz com que o parente imagine que o muriquinho está se preparando para sair?

Figura 3 – Atividade de leitura de vissungo.

Fonte: (Balthasar; Goulart, 2022, p. 270-217).

Vale a pena ver!

Neste curto vídeo de cerca de dois minutos, você pode conhecer um pouco mais sobre essa forma de divulgar conteúdos na internet.

Acesse o link: <https://www.youtube.com/watch?v=tfT8LZZX0M>. Acesso em: 26 maio 2022.

SÓ ESCOLHER O ASSUNTO E SAIR ESCUTANDO!

REPRODUÇÃO CONEASO.COM

Clipe

O Porvir é uma organização não governamental (ONG) que funciona como uma “agência de notícias”, para divulgar experiências inovadoras na educação.

Para conhecer mais sobre a ONG, visite o site <http://www.porvir.org>. Acesso em: 15 jun. 2022.

Figura 4 – Indicações de recursos de TDIC e hipermídia na obra *Novo Singular & Plural*.

Fonte: (Balthasar; Goulart, 2022, p. 213-218).

Já no que se refere ao discurso presente no LD analisado, prevalece a imagem do “aprendiz universal”, com propostas que priorizam respostas prontas, explicitando um alinhamento à colonialidade do saber. Essa característica pode ser observada, por exemplo, na predominância de atividades que solicitam localizar, identificar ou reconhecer informações presentes no texto.

De modo geral, os achados indicam que a obra didática *Novo Singular & Plural* não está plenamente alinhada a uma proposta de educação decolonial, embora haja fissuras que podem ser exploradas por docentes, em suas práticas em sala de aula. Atividades com textos de autores que não fazem parte do cânone, mesmo quando pontuais, podem ser um ponto de partida para discussões mais críticas, desde que mediadas intencionalmente. A distribuição dos textos revela um viés conteudista, que privilegia gêneros jornalísticos e informativos

ligados à mídia hegemônica. Assim, o foco recai sobre a leitura funcional de notícias e temas do cotidiano, enquanto são limitadas as oportunidades de reflexão crítica e de fruição estética da literatura, prevista na BNCC (Brasil, 2018) como dimensão humanizadora da educação.

Vale notar que o livro opera numa lógica de mercado editorial, em que a aprovação no PNLD, bem como a adoção da obra didática pelas escolas aderentes ao programa, depende de atender a critérios específicos, nem sempre alinhados a uma perspectiva crítica. Esse fato explica, em parte, por que o conteúdo temático “africanidades” aparece de forma isolada, aparentemente como uma resposta direta à exigência legal, porém sem alterar a estrutura curricular de base e sem apresentar discussões aprofundadas acerca dos conteúdos temáticos alinhados às propostas decoloniais.

Em contrapartida, a presença de recursos multimodais pode ser vista como uma abertura para práticas inovadoras e docentes que se apropriem desses materiais de forma crítica podem ressignificá-los, ampliando seu potencial para o trabalho com múltiplas linguagens e para a promoção da leitura crítica, tanto dos textos quanto da própria tecnologia. Essas possibilidades, entretanto, dependem menos da presença dos recursos em si do que das formas como são mobilizados nas práticas pedagógicas, reafirmando que o LD é um espaço de disputa entre diferentes concepções de linguagem, tecnologia, educação e política linguística.

5 Considerações finais

O caso do *Novo Singular & Plural* exemplifica a ambiguidade dos LD enquanto dispositivos de política linguística. A obra, por um lado, cumpre formalmente exigências legais, como a presença de conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira; por outro, mantém a predominância de discursos eurocêntricos e silencia vozes e saberes subalternizados, limitando as possibilidades de uma educação verdadeiramente decolonial.

O discurso presente na obra, analisado sob a ótica das políticas linguísticas, não é neutro, pois resulta de escolhas editoriais, políticas e pedagógicas que dialogam com interesses econômicos e ideológicos. Assim, o LD é parte de um sistema mais amplo que envolve Estado, mercado editorial e práticas escolares. Para docentes, o desafio consiste em utilizar criticamente o material, reconhecendo suas limitações e aproveitando as brechas para promover práticas pedagógicas emancipadoras, assumindo protagonismo e ressignificando as propostas para estimular reflexões críticas em sala de aula.

No campo das políticas linguísticas no Sul Global, nossa pesquisa demonstra como a colonialidade do saber persiste, mesmo em contextos de aparente inclusão. No Brasil, as políticas linguísticas, explícitas ou implícitas, privilegiam a língua em sua norma culta, promovendo uma visão utilitarista que propicia pouco contato com vozes de grupos subalternizados. Observa-se uma clara intenção de formar leitores capazes de reconhecer e interpretar gêneros textuais em sua forma, porém mantendo uma discussão superficial acerca dos conteúdos temáticos propostos, o que corrobora a visão bancária criticada e combatida por Paulo Freire (1987, 1989).

Considerando que o LDLP é parte importante das políticas linguísticas do Brasil, acenamos para a relevância de pesquisas dessa natureza para colaborar com a construção de uma educação aberta às múltiplas vozes e culturas do povo brasileiro, por tensionar a colonialidade do saber, do ser e do poder. Apesar de reconhecer as limitações do estudo, por ter analisado

apenas uma obra aprovada no PNLD 2024, destaca-se também suas potencialidades. Os achados podem ajudar a ampliar a compreensão sobre os livros didáticos, seus discursos e ideologias, além de inspirar pesquisas de campo em escolas que utilizam o *Novo Singular & Plural*. Com nosso trabalho, buscamos contribuir tanto para a produção acadêmica quanto para a prática de profissionais da educação e da cadeia de materiais didáticos.

A análise da obra *Novo Singular & Plural* convida-nos a pensar que os LD constituem arenas centrais de disputa simbólica, onde se decide se a escola reproduz ou tensiona a colonialidade do saber, do ser e do poder. Compreendemos que o caminho para uma educação decolonial e de outras pedagogias críticas, e, portanto, para uma política linguística alinhada a esses ideais, exige a inclusão de saberes subalternizados nos materiais e nas novas formas de produção, circulação e uso dos LD, em diálogo com práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social.

Este estudo sugere a necessidade de políticas públicas que normatizem a inclusão de saberes subalternizados, incentivem processos de produção editorial participativos, capazes de incluir vozes plurais, desde a concepção das obras didáticas. Sem isso, corre-se o risco de se perpetuar a lógica de inclusão marginal, em que saberes subalternizados são aceitos apenas como anexos e não como parte integrante do currículo escolar.

Por fim, relembramos o que Paulo Freire ensina sobre o “inédito viável”: “Para alcançar a meta da humanização, que não se consegue sem o desaparecimento da opressão desumanizante, é imprescindível a superação das ‘situações-limites’ em que os homens se acham quase coisificados” (Freire, 1987, p. 54). Procuramos apresentar uma denúncia e um anúncio do que entendemos ser um inédito viável, na expressão de Freire, para, coletivamente, buscar maneiras de superar a desumanização decorrente da invisibilização de saberes e formas de ser e estar no mundo que fogem à lógica da modernidade eurocêntrica.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

MZFB: Conceptualização, Investigação, Metodologia, Curadoria De Dados, Análise Formal, Escrita Rascunho Original; **LP:** Supervisão, Metodologia, Validação, Escrita, Análise e Edição.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Trad. Paulo Bezerra 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BALTHASAR, Marisa; GOULART, Shirley. *Novo Singular & Plural: Leitura, Produção e Estudos de Linguagem*. 9º ano. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2022. Disponível em: <https://moderna.com.br/escola-publica/pnld/portugues/novo-singular-plural-leitura-producao-e-estudos-de-linguagem/#volume4>. Acesso em: 4 set. 2026.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação*. Trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRAGA, Mariana Zambon Ferreira. *O livro didático de língua portuguesa Novo Singular & Plural e seus recursos de linguagem hipermídia: uma análise do discurso à luz das teorias decoloniais*. 2025. 225p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008. https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Funcionamento do PNLD — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/funcionamento>. Acesso em: 4 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Edital de convocação nº 1/2022 - CGPLI (PNLD 2024-2027). *Diário Oficial da União*: seção 3, Brasília, n. 60 seção 3, p. 45, 29 de mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-no-01-2022-cgpli-pnld-2024-2027>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Dados Estatísticos PNLD – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. 13 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BUNZEN, Clecio Santos. *Livro didático de língua portuguesa: um gênero do discurso*. 2005. 169 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1601843>. Acesso em: 12 dez. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

DIONÍSIO, Maria de Lourdes. Facetas da literacia: processos da construção do sujeito letrado. *Educação em revista*, Belo Horizonte, v. 44. p. 41-67, dez. 2006.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu, 2020.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. *Colonialismo digital: por uma crítica hackerfanoniana*. São Paulo: Boitempo, 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOOKE, bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IANNI, Octavio. *Língua e Sociedade*. São Paulo: IFCH Unicamp, 1999. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pub/livros/1786>. Acesso em: 12 dez. 2024.

- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LOPES, Gabriel Henrique de Oliveira. *Um olhar sobre as big techs na educação pública: o caso Google for Education na rede de educação básica paulista*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 80, p. 71-114, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 35-54.
- NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Hilsdorf Claudia (org.) *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Hilsdorf Claudia (org.) *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 19-42.
- SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.
- SPOLSKY, Bernard. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Bernard Spolsky. *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016. Tradução de Ana Carolina Spinelli e Gabriel de Ávila Othello. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/88462b98e1be709d449da571e68eff62.pdf>. Acesso em: 8 set. 2025.
- TORMENA, Tayana de Alencar. *Política linguística implícita na virada do século XXI: o programa nacional do livro didático*. 2007. 177 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernad; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982001000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jun. 2024.
- WALSH, Catherine (org.). *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial*. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar, Ediciones Abya Yala, 2005.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica y Pedagogía De-Colonial: Apuestas (Des)De El Insurgir, Re-Existir y Re-Vivir. *Educação On-Line*, n. 4, 2009. Disponível em: <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1802/561>. Acesso em: 3 ago. 2024.